

Reserva da vagas na Universidade: A comunicação implícita nessa questão

Ezequiel de Souza¹
Hênio Santos de Almeida²

A discussão sobre as cotas para negros em universidades públicas é um tema polêmico que novamente está em pauta, a partir de reportagens de alguns meios de comunicação. Apresentando a questão como uma tentativa de criar uma divisão social baseada na raça, algo que seria estranho à realidade brasileira, tais reportagens tomam posição e formam a opinião de parcela significativa da sociedade brasileira.

No entanto, o acesso à educação é reivindicação histórica do movimento negro brasileiro. Como demonstramos em outro momento, o término da escravidão significou a exclusão social para a maior parte da população negra (Souza e Almeida, 2005). A percepção dessa exclusão social mobilizou amplo movimento intelectual e político na Constituinte de 1945, reivindicando a cidadania plena para o povo negro, que, sem sombra de dúvida, passava pelo direito e acesso à educação (Souza et al., 2006).

Os afro-descendentes têm se articulado a partir de duas frentes de ação. A primeira é a chamada “comunidade afro”, possuindo sua ênfase no aspecto cultural, buscando manter os vínculos com a África. A segunda é a

chamada “comunidade negra”, possuindo sua ênfase no aspecto político, buscando a superação do racismo e da exclusão social, bem como o resgate e a afirmação da identidade negra (Acosta-Leyva, 2005B).

A existência de duas frentes de ação não significa uma cisão dentro do movimento. Isso porque, desde o ponto de vista da negritude, afro e negro são termos intercambiáveis. Não é possível pensar em um desses aspectos sem levar em consideração o outro (Acosta-Leyva, 2005A). A distinção é meramente analítica, a fim de podermos visualizar as diferentes formas de atuação do movimento negro brasileiro.

Uma demanda individual torna-se uma demanda social a partir do momento em que é compartilhada por um grupo significativo da sociedade. A formação desse grupo é resultado de lutas por classificação que buscam impor signos distintivos para produzir o sentimento de pertença nos indivíduos (Bourdieu, 1989). No caso do povo negro, o elemento unificador já estava dado: o estigma da cor (Goffman, 1988). Unindo-se para superar as limitações impostas pela situação de exclusão social, o povo

negro converteu estigma em estandarte, ou, *mutatis mutandis*, a identidade atribuída tornou-se identidade adquirida (Souza et al., 2006).

Reivindicar um direito não é uma tarefa fácil. É preciso convencer a sociedade da validade da reivindicação. Isso só é possível com a utilização de argumentos compreensíveis e interessantes, a fim de conquistar o maior número de adeptos e simpatizantes à causa. Ao encontrar ressonância na sociedade, as demandas sociais exigem uma tomada de decisão (Habermas, 1997). Nesse momento, a ação dos meios de comunicação torna-se decisiva.

Desde Leibniz, é aceito que o ser humano, ainda que seja uma nômade individual, pode comunicar-se com outros seres humanos (Tillich, 2004). Classicamente, o sistema de comunicação por meio da linguagem pode ser dividido, *grosso modo*, em três partes: emissor, mensagem e receptor. O caráter imediato da comunicação levaria a uma interação dinâmica com alternância de papéis entre emissor e receptor, de modo que não haveria elemento passivo.

No século XX, surgiram meios de comunicação de massa de caráter mediado. De acordo com a Teoria Hipodérmica, esse tipo de mídia injetaria conteúdos diretamente no cérebro dos receptores, reduzidos a uma massa amorfa e passiva. Evidentemente, o equívoco dessa teoria foi percebido em pouco tempo: o receptor não é apenas um agente passivo, mas

também ativo, na medida em que ele tem o papel de decodificar a mensagem que lhe é enviada.

No início do século passado, havia a crença generalizada na existência de uma cultura surgida espontaneamente das massas populares. Criticando essa idéia, Adorno e Horkheimer cunharam o conceito “indústria cultural”, que deixa claro que essa cultura é produto fabricado para ser consumido, assim como um sabonete ou um carro (Adorno e Horkheimer, 1971). Para eles, a indústria cultural retirou o valor tanto da cultura popular quanto da cultura erudita, pois, pelo princípio da reprodução, a obra seria nivelada por baixo. Assim sendo, a criticidade do receptor não é possível, pois a cultura foi transformada em valor.

Uma vez que os meios de comunicação de massa se constituem como vias de mão única, eles não geram conhecimento, proporcionando tão-somente informações parciais. Para haver elementos suficientes para uma tomada de decisão, seriam necessárias duas fontes distintas de informação, no mínimo. Assim, o confronto de argumentos de cada parte possibilitaria o aprofundamento da questão.

As lutas para a inclusão do negro por meio da escola ganharam força com a formação de educadores negros. Sua presença na escola denuncia a invisibilidade a que o povo negro era submetido, melhorando a auto-estima de crianças negras (Triumpho, 2004).

Historicamente, a presença de afro-descendentes nas universidades brasileiras é insignificante (Souza, 2004). Nos casos em que afro-descendentes ingressam na universidade, permanece a limitação das possibilidades. Há uma concentração de alunos negros em determinados cursos, enquanto estão praticamente ausentes de outros de maior prestígio social (Teixeira, 2003).

Assim, parece-nos justificável a adoção de cotas para negros em universidades públicas, pois esse expediente proporcionaria maior integração e troca de experiências, fato que, em nosso entendimento, enriqueceria o conhecimento produzido nessas instituições. Podemos afirmar isso porque conhecemos alguém que é fruto dessas políticas nos Estados Unidos e que foi muito importante em nossa formação acadêmica: o professor Peter Nash (Nash, 2002).

Sabemos das dificuldades em definir quem poderá ser beneficiado pelas cotas. O exemplo da Universidade de Brasília, com o chamado “tribunal racial”, é paradigmático das dificuldades que serão enfrentadas (Steil, 2006). No entanto, é possível aprender com os erros cometidos. Temos acompanhado os debates do Conselho Universitário da UFRGS em relação à implementação gradativa de cotas raciais e sociais.

A proposta encaminhada para a votação prevê a implementação de uma reserva de 5% das vagas para negros e 5% para alunos oriundos de escola pública no primeiro ano, 10% no

segundo e, no terceiro ano, 20% para cada segmento. O critério de elegibilidade para a reserva de vagas para negros seria o “rótulo” e não a “origem”, pois foi entendido que o preconceito racial no Brasil é baseada no epifenômeno e não na descendência. Enquanto redigimos esse artigo, possivelmente a decisão dos conselheiros já tenha sido tomada. Ficamos na expectativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA-LEYVA, Pedro. 2005A. A negritude como história. **Identidade**: Boletim do Grupo de Negros da EST, São Leopoldo, v. 08, p. 21-26, jul./dez. 2005.
- ACOSTA-LEYVA, Pedro. 2005B. **Historiografia afro/negra**: Una aproximación a un concepto de historia a partir de las Consultas Internacionales de Teología Negra efectuadas en 1985, 1994, 2003. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: EST/IEPG, 2005.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialéctica del Iluminismo**. Buenos Aires: Sur, 1971.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL/Bertrand, 1989.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: Entre faticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

NASH, Peter T. A questão da ação afirmativa está em pauta no Brasil.

Identidade: Boletim do Grupo de Negros da EST, São Leopoldo, v. 03, n. 1-2, p. 03-04, jan./ago. 2002.

SOUZA, Ezequiel de. Heróis e heroínas desconhecidas. **Identidade:** Boletim do Grupo de Negros da EST, São Leopoldo, v. 06, p. 04-06, jul./dez. 2004.

SOUZA, Ezequiel de; ACOSTA-LEYVA, Pedro; MELLO, Luis C. História do Grupo Identidade: Uma década de vida e contribuições.

Identidade: Boletim do Grupo de Negros da EST, São Leopoldo, v. 09, p. 06-14, jan./jun. 2006.

SOUZA, Ezequiel de; ALMEIDA, Hênio Santos de. Breve retrospectiva da história dos afro-descendentes no Brasil. **Identidade:** Boletim do Grupo de Negros da EST, São Leopoldo, v. 08, p. 04-11, jul./dez. 2005.

SOUZA, Ezequiel et.al. Espaço para os afro-descendentes. **Novolhar**, São Leopoldo, ano 04, n. 12, p. 28-29, set./nov. 2006.

STEIL, Carlos Alberto (Org.). **Cotas raciais na Universidade:** Um

debate. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

TEIXEIRA, Moema de Poli. **Negros na Universidade:** Identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

TILLICH, Paul. **Perspectivas da Teologia Protestante nos séculos XIX e XX.** 3. ed. São Paulo: ASTE, 2004.

TRIUMPHO, Vera R. S. Coletivo Estadual de Educadores Negros: Compromissos com a educação das relações étnico-raciais. **Identidade:** Boletim do Grupo de Negros da EST, São Leopoldo, v. 06, p. 21-26, jul./dez. 2004.

Notas

1 Bacharel em Teologia pela Escola Superior de Teologia (EST). Estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membro do Grupo Identidade.

2 Estudante de Teologia na Escola Superior de Teologia (EST) e membro do Grupo Identidade.